

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico 010/2026
Processo Administrativo N° 041/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos odontológicos, novos, de primeiro uso, devidamente certificados pelos órgãos competentes e em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Careiro/AM, visando ao fortalecimento da rede de atenção básica e à melhoria da qualidade dos serviços de saúde bucal prestados à população.
- 1.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos conforme especificações detalhadas na tabela abaixo, que integra o presente Termo de Referência, observando-se as condições de garantia, assistência técnica, prazos de entrega e demais exigências estabelecidas neste documento.
- 1.3. A presente contratação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com o disposto nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, sendo os quantitativos estimados e não obrigatórios para contratação integral, ficando sua efetiva aquisição condicionada à necessidade da Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QTD	V. UNIT.
1	Seladora	Resistência PTC blindada com controle automático de temperatura. Bivolt automático (110V – 240V). Sistema integrado de corte em ambas as direções. Acionamento por meio de alavanca com trava. Sistema de avisos com LEDs indicativos e bipes sonoros no teclado de membrana. Desligamento automático em caso de inatividade por 30 minutos. Utilizada para selagem de embalagens de papel ou plástico próprias para esterilização em autoclaves a vapor, com destaque para selagem rápida e fácil operação.	Unid.	20	R\$ 855,04
2	Destiladora	Não necessita instalação hidráulica. Econômica, proporciona até 35% de economia nos gastos com água destilada. Destina-se à produção de água destilada para uso em autoclaves de esterilização a vapor, garantindo água pura, livre de impurezas e micro-organismos. Pode ser utilizada em outras aplicações que exijam água destilada.	Unid.	20	R\$ 1.180,27
3	Ultrassom com Jato de Bicarbonato	Transdutor ultrassom com sistema piezoelétrico ativado por pastilhas cerâmicas, frequência de 30.000 Hz. Peça de mão do jato de bicarbonato: Removível e autoclavável. Difusor concêntrico para mistura de ar + água + bicarbonato, evitando entupimentos. Tampa do reservatório de bicarbonato de fácil acesso e limpeza. Pannel de comandos: Seletor digital de operação (jato de bicarbonato/ultrassom). 3 funções programáveis: perio, endo e scaling. Ajuste fino de ar e de água para irrigação constante ou trabalho a seco. Ajuste de potência adequado a cada procedimento. Tecla geral liga/desliga com LED indicativo. Acessórios: 03 insertos (02 perio sub e 01 perio supra). Capas autoclaváveis com 1 capa extra removível. Equipamento indicado para profilaxia e procedimentos em periodontia, endodontia, próteses e cirurgias.	Unid.	20	R\$ 2.091,45



4	Aparelho de Raio-X de Parede	Projetado para radiografias intraorais de alta precisão. Indicado para diagnósticos odontológicos detalhados, compatível com sensores digitais e filmes convencionais. Braço pantográfico para flexibilidade e instalação em parede para economia de espaço. Especificações técnicas: Peso líquido: 31 kg. Peso bruto: 34,5 kg. Dimensões: 93 x 59 x 30 cm. Nº de fases: Monofásico / Bifásico. Tipo de instalação: Fixo. Tensão: 127V/60Hz, 220V/60Hz, 220V/50Hz, 230V/50Hz ou 240V/50Hz. Potência: 1200VA. Tensão do tubo: 70kVp. Corrente do tubo: 7mA. Tempo de exposição: 60ms a 3,2s. Comprimento do cilindro: 200 mm (300 mm opcional). Colimador retangular: 30 x 40 mm. Filtro equivalente em alumínio: 1,5 mm. Dimensão do foco do tubo: 0,7 x 0,7 mm. Fator de resfriamento: 1:30 s.	Unid.	10	R\$ 9.072,26
5	Aparelho de Raio-X de Coluna	Embalagem com 1 unidade. Raio-X odontológico de coluna móvel, moderno e versátil, com design ergonômico e tecnologia avançada. Ideal para clínicas odontológicas, garantindo imagens nítidas e diagnósticos precisos. Compatível com filme radiográfico tradicional ou digital. Tensão: 127V/60Hz, 220V/60Hz, 220V/50Hz, 230V/50Hz ou 240V/50Hz. Potência de entrada: 1200VA. Tensão do tubo: 70kVp. Corrente do tubo: 7mA. Tempo de exposição: 60ms a 3,2s. Comprimento do cilindro: 200 mm (300 mm opcional). Colimador retangular: 30 x 40 mm. Filtro equivalente em alumínio: 1,5 mm. Foco do tubo: 0,7 x 0,7 mm. Fator de resfriamento: 1:30s. Peso: 50 kg. Dimensões: 117 x 56 x 42,3 cm.	Unid.	10	R\$ 10.285,74
6	Kit Acadêmico de Canetas Odontológicas	100% brasileiro. Garantia: 12 meses para profissionais formados e até o final do curso para acadêmicos. Micromotor IX1: 20.000 rpm máx., conexão universal Borden (ISO 9168) e intra (ISO 3964). Corpo metálico, autoclavável a 135°C. Registro ANVISA: 80520579002. Contra Ângulo X1 LT: Conexão intra, brocas com lâmina-trava, 40.000 rpm máx., redução 1:1. Corpo metálico, autoclavável a 135°C. Registro ANVISA: 80520570003. Peça Reta RX1: Conexão intra, rolamentos de alta precisão, até 20.000 rpm. Corpo metálico, autoclavável a 135°C. Registro ANVISA: 80520579001. Alta Rotação AX1 NT: Spray triplo, push button, 450.000 rpm máx. Rolamentos de cerâmica, baixo ruído, autoclavável a 135°C. Conexão Borden (ISO 9168).	Unid.	45	R\$ 1.697,46

7	Autoclave 21 litros	Para esterilização a vapor, design moderno e fácil manuseio. Adequada para clínicas odontológicas. Itens inclusos: Mangueira externa para saída de vapor. 3 bandejas em aço inox com suporte. Copo graduado para água destilada. Pegador de bandejas. Alimentação: 127/220 V com chave reversora. Tempo de esterilização: 16 min. Ciclo completo: 60 min aprox. Volume: 21 L.	Unid.	20	R\$ 3.270,97
8	Fotopolimerizador	Unidade bivolt, sem fio. 3 modos de programação: contínuo, pulsante e progressivo. Função clareamento. LED de alta potência sem aquecimento. Base com carregador de bateria. Medidor de luz com LEDs indicadores. Temporizador (5, 10, 15 e 20 s). Função stand-by com desligamento automático. Radiômetro integrado. Indicado para clareamento, restaurações diretas/indiretas, colagem de bráquetes e polimerização de resinas. Vantagens: baixo consumo de energia, não aquece e melhor custo-benefício.	Unid.	20	R\$ 793,01
9	Compressor odontológico 30 litros	Embalagem com 1 unidade. Isento de óleo e silencioso. Motor com proteção contra sobrecarga de tensão. Potência: 1,20 hp (850 W). Alimentação: 127 V ou 220 V (selecionável). Velocidade: 1750 rpm. Capacidade do reservatório: 40 L. Nível de ruído: 54 dB(A). Pressão máx.: 120 psi / mín.: 80 psi. Vazão: 220 L/min. Dimensões: 54,2 x 33 x 60 cm. Peso: 30,5 kg. Reservatório certificado pelo INMETRO. Pintura antioxidante interna e externa. Dois manômetros e filtro de ar com drenagem automática. Válvula de alívio com solenoide.	Unid.	20	R\$ 4.236,77
10	Câmara Escura para Revelação	Embalagem com 1 unidade. Angulação para entrada das mãos e visor acrílico destacável. 4 reservatórios para líquidos (água, removedor, fixador e água). Design sem bordas retentivas, facilitando assepsia. Material resistente a produtos químicos e detergentes. Iluminação LED sem emissão de raios UV. Indicada para revelação de radiografias odontológicas (periapicais, interproximais e oclusais). Fabricada em polipropileno de alto impacto.	Unid.	20	R\$ 328,02
11	Suporte para coletor perfuro cortante – 13 litros	Desenvolvido no tamanho adequado para acondicionamento seguro. Permite instalação em bancada ou parede. Instalar a pelo menos 1,20 m do chão. Produto livre de manutenção. Acompanha 2 parafusos e 2 buchas. Dimensões mínimas:- Frente: 27,5 cm- Altura: 21 cm- Profundidade: 23,2 cm	Unid.	20	R\$ 35,52

12	Bandeja de coluna giratória para refletor	Maior área útil (40% maior que a concorrência). Ajustável a várias medidas de colunas. Suporta até 25 kg. Instalação simples e fácil limpeza. Fabricada em plástico de engenharia resistente e durável. Permite movimentos giratórios de 360°. Compatível com cadeiras odontológicas (38,10 mm a 50,80 mm).	Unid.	20	R\$ 313,37
13	Cavitador sônico removedor de tártaro	Peça de mão em alumínio cromado. Autoclavável a 135 °C. Frequência de oscilação: 3000-8000 Hz. Conexão: Borden. Funções: profilaxia dental, remoção de tártaro e biofilme. Sistema de refrigeração com temperatura constante. Design ergonômico com baixo peso e ruído.	Unid.	20	R\$ 719,13
14	Articulador tipo garfo com mola preto – charneira	Embalagem com 1 unidade. Composição: nylon e fibra de vidro. Leve e preciso. Indicado para articulação de modelos odontológicos. Cor: preta.	Unid.	20	R\$ 95,71
15	Articulador semi-ajustável com arco	Embalagem com 1 articulador semi-ajustável. Não padronizado. Com arco facial e estojo plástico. Semi-ajustável/arcon. Distância intercondilar ajustável (P/M/G). Guia condílica curva com regulagens. • Sistema estabilizador de movimentos (O'ring).	Unid.	20	R\$ 1.052,81
16	Avental rx para paciente adulto	Dimensões: 100 × 60 cm. Material: borracha plumbífera com protetor de tireoide. Espessura: 0,25 mm Pb. Peso: 2,73 kg. Acabamento: Polikroy (corino especial).	Unid.	20	R\$ 622,39
17	Avental RX infantil	Dimensões: 60 × 50 cm. Material: borracha plumbífera com protetor de tireoide (não removível). Espessura: 0,25 mm Pb. Acabamento: Polikroy (corino especial).	Unid.	20	R\$ 575,82
18	Protetor de tireoide adulto 0,25 mm	Composição: 0,25 mm Pb. Dimensões: 56 × 13 cm. Peso: 330 g. Cor: azul.	Unid.	20	R\$ 650,87
19	Protetor de tireoide infantil	Fechamento em velcro. Validade indeterminada (vida útil: 5 anos). Acabamento: Polikroy (corino especial).	Unid.	20	R\$ 175,38
20	Seringa tríplice	Fácil manuseio. Pode ser acoplada a qualquer tipo de equipo. Possui jatos independentes de ar e água. Aplicação: limpeza, secagem, irrigação e umedecimento.	Unid.	60	R\$ 293,12
21	Negatoscópio	Tipo: lâmpada fluorescente, 1 corpo. Indicado para visualização de imagens radiográficas odontológicas.	Unid.	20	R\$ 437,97



22	Consultório AIR com Mocho Odontológico (Braço Pneumático)	Braço refletor convencional, refletor monofocal Persus L, luz halógena, giro 620°, encosto de cabeça bi-articulado, ambidestro, sistema Easy Fix, pedal de comando, joystick e botões 09 movimentos, motores com sensor hall, botão ON/OFF lateral, unidade de água rebatível 90°, bacia cerâmica removível, rolo com cobertura, braço pneumático, tampo inox removível, até 5 terminais (ST, MM e ARO), estofamento FIT e couro, protetor de pés, reservatório de água translúcido 1000ml, caixa de integração integrada, debrum antiderrapante, acompanha mocho standard fit PVC.	Unid.	20	R\$ 21.604,02
----	---	---	-------	----	---------------

- 1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. Somente serão aceitos lances referentes aos quantitativos totais de cada item solicitado, a fim de evitar que o mesmo lote seja arrematado por fornecedores em quantitativos e valores diferentes, demandando esgarçamento da equipe de fiscalização, conforme inciso IV do art. 82, da Lei nº 14.133/21.
- 1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da ata para o período de mais de um ano, com a renovação das quantidades, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme inciso IX do art. 15, do Decreto Lei nº 11.462/2023 combinado com a Orientação Normativa nº 89/2024, da AGU.
- 1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Coordenação de Saúde Bucal, identificou a necessidade de modernizar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS), devido ao aumento da demanda por atendimentos odontológicos, à necessidade de substituição de equipamentos obsoletos e à expansão da oferta de serviços de prevenção e tratamento.
- 2.2. A contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, sendo a modalidade de Registro de Preços a mais vantajosa por possibilitar aquisições futuras conforme a demanda, garantindo economicidade, eficiência e mitigação de riscos de desabastecimento.
- 2.3. A solução consiste na aquisição de equipamentos odontológicos novos, garantindo a qualidade e a segurança nos atendimentos, com entrega parcelada conforme a demanda das unidades de saúde, atendendo integralmente às necessidades da população do Município de Careiro/AM.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A descrição detalhada dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. De acordo com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19.01.2010, os materiais, ora licitados, devem atender a alguns critérios de sustentabilidade ambiental, tais como:

4.2.1.1. os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

4.2.1.2. devem ser observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.1.3. os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.2.1.4. os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Garantia da contratação

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1. A execução do objeto será realizada de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

Execução do objeto

- Fornecimento integral dos equipamentos conforme especificações técnicas;
- Entrega dos bens novos, devidamente embalados, com manuais, certificados e garantia;
- Cumprimento dos prazos estipulados na Ordem de Fornecimento.

Fiscalização Administrativa

5.2. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

5.3. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

5.4. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

5.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

- 5.6. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).
- 5.7. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).
- 5.8. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).
- 5.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).
- 5.10. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Responsabilidade da contratada

- 5.11. Garantir a integridade dos equipamentos, substituir itens com defeito sem ônus e prestar assistência técnica durante o período de garantia.
- 5.12. Local de entrega dos equipamentos
- Secretaria Municipal de Saúde – Rua 31 de Maio, nº 300, Vista Alegre
 - UBS Deuzivana Marinho – Av. Adail de Sá, nº 697, Centro
 - UBS Teodoro Luiz de Moura – Rua Jasmin, nº 0002, Bairro Novo Horizonte
 - UBS Raimundo Cavalcante – Travessa Lago Preto, s/n, Sebastião Borges
 - UBS Joana Carvalho – Ramal do P.A. Panelão
 - UBS Jorge Roque – Comunidade do Cinturão Verde
 - UBS Santa Helena – Ramal Samaúma, km 78, Rua Auxílio Lopes
 - UBS Ezequiel Pinto – Lago do Mamori (final do Ramal), Comunidade São Pedro
 - UBS Adélia Bendaham – Comunidade do Tilheiro
 - UBS Joana Pinheiro – BR 319, km 52, Distrito do Araçá
 - UBS Boa Esperança – AM 254, km 17, Estrada de Autazes
 - UBS Artur Virgílio – Comunidade do Mamori 2
 - UBS Deodoro de Oliveira – BR 319, km 22
 - UBS Josias Lira de Lemos – Av. Nunes Melo, Mutirão do Purupuru
 - UBS Dr. Antônio Miguel Cororna Alves – Balsa Fluvial

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnicos e administrativos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 6.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação do fornecimento dos bens a que se referem a parcela a ser paga.



- 6.3. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens entregues e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.
- 6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade pela qualidade, funcionamento e garantia dos bens fornecidos.

Liquidação

- 6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 6.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 6.10.1. o prazo de validade;
- 6.10.2. a data da emissão;
- 6.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.10.5. o valor a pagar; e
- 6.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no

âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

- 6.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 6.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 6.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

- 6.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 6.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 6.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
- 7.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

- 7.3. O fornecimento do objeto será **PARCELADO**.

Exigências de habilitação

- 7.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



Habilitação jurídica

- 7.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente, que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 7.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 7.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 7.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 7.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 7.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 7.16. Os documentos mencionados dos itens 7.4 a 7.14 deverão ser apresentados na forma de cópia autenticada ou arquivo digital.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 7.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº

1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 7.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e/ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.24. As certidões apresentadas com prazo de validade expirado acarretarão a inabilitação do licitante. As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as datas de emissão não excederem a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista a abertura do certame.

Qualificação Econômico-Financeira

- 7.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 7.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 7.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devidamente registrado na Junta Comercial, com apresentação dos termos de abertura e de encerramento dos livros e notas explicativas (cópia autenticada), comprovando;
 - 7.27.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 7.27.1.1. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
 - 7.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - 7.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - 7.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 7.28. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de possuir patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devidamente atualizado para esta data, mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, acompanhada da respectiva memória de cálculo.
- 7.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

- 7.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com os itens pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 7.30.1. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu no mínimo 10% (dez por cento) das quantidades descritas na proposta de preços apresentada na licitação.
- 7.30.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 7.30.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 7.30.4. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme com este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.
- 7.31. Alvará de funcionamento da empresa vigente;
- 7.32. “Licença de Funcionamento” (LF) Estadual e/ou Municipal emitida pela Vigilância Sanitária (Alvará Sanitário) ou protocolo de solicitação da LF autenticado, de acordo com a legislação pertinente, explicitando claramente as atividades a serem exercidas pela empresa, sendo esta (s) compatível(is) como o objeto da licitação.
- 7.33. Autorização de Funcionamento de Empresa” (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou cópia autenticada e legível da publicação no Diário Oficial da União (DOU).
- 7.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Comprovação de Caução de Garantia de Proposta no valor de R\$ 10.683,23 (dez mil seiscentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos), relativo a 1% (um por cento) do fornecimento estimado. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

- 7.34.1. Serão aceitas as seguintes modalidades de garantia:

7.34.1.1. CAUÇÃO EM DINHEIRO – a licitante fará a comprovação mediante a apresentação de depósito, em dinheiro, em Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em nome da Prefeitura Municipal de Careiro, referente ao Pregão Eletrônico Nº 010/2026 – SRP/CML/PMC.

7.34.1.2. CAUÇÃO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA – a garantia deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, das seguintes comprovações:

7.34.1.2.1. Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registro no balanço patrimonial da licitante;

7.34.1.2.2. Apresentar documento, emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando a correção atualizada monetariamente do título, o seu valor será obtido considerando a cotação vigente do terceiro dia útil anterior a data para recebimento dos envelopes.

7.34.1.2.3. Serão aceitos apenas e tão somente títulos com vencimentos passíveis de resgate incontestável sob nenhum aspecto, até a data correspondente ao prazo de validade da proposta de preços.



- 7.34.1.2.4. Presume-se autênticos os títulos oferecidos pela licitante, a Prefeitura Municipal de Careiro se reserva o direito de averiguar a sua autenticidade, em se constatando indícios de fraude, se obriga a oferecer denúncia ao Ministério Público.
- 7.34.1.3. FIANÇA BANCÁRIA – A licitante entregará o documento original fornecido pela instituição que a concedeu, no qual constará;
- 7.34.1.3.1. Beneficiário: Prefeitura Municipal Careiro
- 7.34.1.3.2. Objeto: Pregão Eletrônico Nº 010/2026 – SRP/CML/PMC.
- 7.34.1.3.3. Valor: R\$ 10.683,23 (dez mil seiscentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos)
- 7.34.1.3.4. Que a liberação será feita mediante a devolução pela Prefeitura Municipal de Careiro do documento original ou, automaticamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- 7.34.1.4. SEGURO-GARANTIA – através de apólice em nome da Prefeitura Municipal de Careiro.
- 7.34.1.4.1. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770/2023 Decreto nº 11.462/2023).
- 7.35. Declaração de Nada Consta junto a Comissão Municipal de Licitação do Município de Careiro. A referida declaração deverá ser solicitada pelo licitante no Protocolo Geral da Prefeitura, em papel timbrado da empresa interessada à Comissão Municipal de Licitação, até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública. O referido documento pode ser obtido através do endereço eletrônico: cmlprefcareiro@gmail.com, ou de forma presencial no prédio da Prefeitura Municipal.
- 7.36. Declaração de inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 7.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 7.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 7.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 7.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 7.37.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 7.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 7.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 7.37.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O custo estimado da contratação está previsto no Estudo Técnico Preliminar
- 8.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações ([art. 25 do fornec](#)):
- 8.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 8.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 8.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
- 9.2. A contratação por se tratar de SRP, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021 e regulamentação específica do Município para SRP não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Careiro/Am, 26 de maio de 2026

DEISIANE DE SOUZA DE OLIVEIRA
Coordenadora de Saúde Bucal
Portaria nº 254 de 05 de fevereiro de 2025.

NAYARA REGO DE LUNA
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 073 de 04 de fevereiro de 2026.